

REVISITANDO OS CLÁSSICOS: SCHLEIERMACHER, NUMA ÓTICA WITTGENSTEINIANA

Revisiting the classics: Schleiermacher under Wittgenstein's view

*Paulo Oliveira**

Eu não conheço o gato.
Tudo sei, [...]
mas não posso decifrar um gato.
Minha razão resvalou na sua indiferença,
os seus olhos têm números de ouro. (P. Neruda)

Se um leão pudesse falar, não poderíamos
compreendê-lo. (LW)

RESUMO

Revisito aqui uma crítica de André Lefevere (1990) ao clássico texto *Sobre os diferentes métodos de tradução*, de Friedrich Schleiermacher (2010). Apesar de seus muitos méritos, ambos autores sucumbem à clássica tentativa de tornar “invisível” o tradutor. Proponho que os dois caminhos sugeridos pelo filósofo alemão, na esteira de Goethe (levar o leitor ao autor ou vice-versa), representam ainda hoje uma distinção válida, porém dentro de um único quadro de referência (expandido): o do tradutor. A concepção de linguagem e filosofia do Wittgenstein tardio nos ajuda a esclarecer os fundamentos epistêmicos da impossibilidade de apagar a presença do tradutor, enquanto condição de possibilidade no processo tradutório, e de fugirmos do quadro de referência de nossas próprias formas de vida.

Palavras-chave: *tradução e filosofia; Schleiermacher; Wittgenstein.*

* Unicamp.

ABSTRACT

I retake here a criticism by André Lefevere's (1990) of the classic text *On the different methods of translating*, by Friedrich Schleiermacher (2010). Despite their many merits, both authors succumb to the classical attempt of making the translator "invisible". I suggest that the two ways proposed by the German philosopher, in the wake of Goethe, namely, lead the reader to the author or vice versa, still represent a valid distinction, but within a single (expanded) framework: the translator's. The conception of language and philosophy of the later Wittgenstein helps us to clarify the epistemic foundations of the impossibility of erasing the translator's presence, as a condition of possibility in the translation process, and as a condition of escaping from one's own frame of reference and forms of life.

Keywords: *translation and philosophy; Schleiermacher; Wittgenstein*

I. WITTGENSTEIN

Ainda que o filósofo da gramática não tenha dado tratamento sistemático a questões tradutórias, a concepção de linguagem de sua filosofia tardia dá conta, de modo rigoroso, de algumas questões centrais dos estudos da tradução. Mobilizo aqui essa concepção de linguagem em diálogo explícito com a tradição hermenêutica alemã inaugurada por Schleiermacher e com os estudos descritivos da tradução, na figura de André Lefevere. Da filosofia wittgensteiniana, lanço mão de alguns conceitos fundamentais na obra tardia sem me alongar numa exposição detalhada de seu escopo, dadas as limitações de espaço. Centro meu argumento numa tendência, comum sobretudo em abordagens tradicionais, a querer tratar um processo necessariamente *mediado* como se ele fosse *imediat*o – o que geralmente é feito tentando-se apagar a figura e o trabalho do tradutor. Expressão mais clara dessa postura é o clichê tradicional da *invisibilidade* do tradutor, tópico discutido *in extenso* por Venuti (1995), ainda que sob outra ótica.

Também na filosofia persiste, inclusive da parte de muitos wittgensteinianos de boa cepa e a despeito de todo um refinado aparato conceitual, a ideia de um acesso de algum modo privilegiado ao texto original, apagando para isso a figura do tradutor, a quem caberia p. ex. não "contaminar o texto" com suas interpretações (cf. SALLES, 2009, p. 18).¹ Algo semelhante ocorre

¹ Exemplos concretos dessa tendência são discutidos em Oliveira (2012, s.d.).

ainda com Lefevere (1990) e Schleiermacher (2010), quanto não levam às últimas consequências seus próprios pressupostos teóricos.

Nos estudos da tradução, parte das dificuldades em jogo guarda relação com um conceito de objetividade reduzido ao domínio ontológico, quando, na verdade, numa ótica wittgensteiniana, aquilo que tomamos, legitimamente, como *objetivo*, depende de parâmetros adquiridos como válidos e inquestionáveis ao longo do tempo, em contextos específicos, e que, para nós, exercem uma função de âncora, ou de critério para decidir entre o verdadeiro e o falso, o bom e o mau, o belo e o feio, o pertinente ou não etc. Isso quer dizer que a *objetividade* não depende de um acesso a uma essência *dada* das coisas ou palavras; algo é objetivo porque *é usado como tal* numa determinada comunidade – cultural, científica etc. Em suma: “A *essência* está expressa na gramática” (WITTGENSTEIN, 1989, p. 120, § 371)², i.e. na “rocha dura” de nossas convenções, das convicções inquestionáveis – lá onde “a pá entorta”, quando cavamos cada vez mais fundo à procura de uma razão última (WITTGENSTEIN, 1989, p. 96, § 217).

O filósofo desenvolve longamente esse tópico em seus últimos textos, onde registra: “Aprendi uma enormidade, aceitando as coisas com base na autoridade das pessoas; minha própria experiência confirmou parte disso e invalidou outra” (WITTGENSTEIN, 1969, p. 23, § 161).³ Para ele, a existência de pressuposições não questionadas e sobretudo não questionáveis, i.e. das proposições *gramaticais* ou *normativas*, é condição *sine qua non* para todo o edifício do sentido. São elas que permitem fazer as outras distinções, em aplicações *descritivas* ou *empíricas* – que podem então ser organizadas em códigos de conduta nos mais diversos domínios e níveis de formalização.

Caso clássico de proposição normativa é o papel atribuído à matemática nas ciências: “A proposição matemática recebeu o selo oficial da incontestabilidade. Isso significa: ‘Discutam sobre outras coisas; *isso* é fixo, é a dobradiça em torno da qual sua disputa pode girar” (WITTGENSTEIN, 1969, p. 87, § 655). Em outros domínios, como a própria literatura, isso também ocorre, ainda que de forma menos evidente que na relação da ciência com a matemática. No vocabulário wittgensteiniano, aquilo que Lefevere (1992) caracteriza como a *poética* de uma cultura, ou de certo período histórico, constitui-se como *imagem* do que venha a ser a literatura, quais são suas regras, o que a distingue do uso cotidiano e pragmático da linguagem

² Grande parte dos textos de Wittgenstein é organizada em sistemas numéricos. É praxe na literatura de pesquisa fazer citações indicado a obra (ou sigla) e o número do trecho/parágrafo, de modo independente da edição consultada. Onde possível, procuro manter essa praxe, ao citar os parágrafos em tela.

³ Traduções que não constem das referências bibliográficas são de minha responsabilidade.

etc. São essas regras sobre a *essência* do literário, i.e. sua *gramática*, que definem os critérios de avaliação pelos quais consideramos boas ou más as diferentes traduções literárias. Não há uma fundamentação última para essas regras, nós simplesmente as aceitamos porque aprendemos a essência do literário exatamente no convívio com elas, sem necessariamente passar por uma explicitação formal – embora isso também seja possível: no caso dos estudantes de Letras, por exemplo.⁴ Por ser essa aceitação algo profundo, temos dificuldade em abandonar tais imagens – como ocorre no belo exemplo mobilizado por Bassnett e Lefevere (1990) ao relatar a anedota da avó de Proust, que não aceitava as novas traduções francesas dos textos clássicos por divergirem daquelas que conhecera na infância.

O conjunto dos parâmetros que tomo como válidos e inquestionáveis forma o *quadro de referência* que determina minha relação com o mundo através da linguagem. Tal quadro cristaliza-se no seio de diferentes *formas de vida*, i.e. *práticas* reais atreladas aos mais diversos *jogos de linguagem*. Toda compreensão, toda produção de sentido só pode ocorrer *dentro* desse quadro de referência – que é, no limite, passível de modificações, alargamentos etc., mas nunca de abandono. Ou seja, o que é *objetivo* depende de uma prática institucional, de um arraigamento na cultura, e não de uma ontologia, de uma existência das coisas “tal qual”. Numa célebre passagem das *Investigações*, Wittgenstein mobiliza vários desses conceitos, ainda que sem nomeá-los, quando trata da questão da opacidade na comunicação e de sua evidência quando se transpõem os limites das formas de vida que nos são familiares, dos quadros de referência que elas constituem:

Dizemos também de uma pessoa, que ela é transparente para nós. Mas é importante para esta consideração que uma pessoa possa ser um completo enigma para a outra. Isto se experimenta quando se chega num país estrangeiro, com tradições completamente desconhecidas para nós e aliás, mesmo que dominemos a língua desse país. Não se compreende as pessoas. (E não porque não se sabe o que elas falam para si mesmas.) Não podemos nos encontrar nelas.

“Não posso saber o que se passa nele” é sobretudo uma imagem. É a expressão convincente de uma convicção. Não indica as razões da convicção. Elas não estão à mão.

Se um leão pudesse falar, não poderíamos compreendê-lo (WITTGENSTEIN, 1989, Parte II, Seção X, p. 201).

⁴ Wittgenstein refere-se a esse tipo de aprendizagem – não formal – sem restringi-la a determinados domínios, mas é patente sua pertinência no caso da literatura.

Saliente-se novamente que a *imagem* carece de fundamentação última, ela se expressa de maneira convincente por tratar-se de convicção partilhada. Caso não houvesse esse compartilhamento tácito, as convicções poderiam entrar em conflito e sua expressão deixaria de ser convincente para o interlocutor. E o que fundamenta a convicção não está “à mão” exatamente porque não há fundamentação possível, em última instância. Mais ainda: no limite, a incompatibilidade de formas de vida pode tornar incompreensível aquilo que for dito com outros pressupostos, mesmo quando expresso na mesma língua ou linguagem. É por isso que não compreenderíamos um leão mesmo se ele falasse português.⁵ Pelo mesmo motivo, o tradutor não será capaz de superar por completo seu próprio quadro de referência, por mais que consiga alargá-lo no esforço de compreender o outro da tradução.⁶

II. SCHLEIERMACHER

Podemos agora voltar nossa atenção ao clássico argumento de Schleiermacher (2010) e sua crítica por Lefevere (1990). *Sobre os diferentes métodos de tradução* comporta diferentes camadas, das quais nos interessa sobretudo a que aborda questões de cunho mais propriamente filosófico, com implicações epistemológicas. Excluo de minhas considerações a longa análise de questões técnicas relativas a diferentes estilos e escolhas tradutórias (assim como a polêmica com a tradição francesa), por fugirem ao escopo de nossa discussão.

Num primeiro nível, o texto de Schleiermacher deixa-se reduzir à distinção já formulada por Goethe, para quem existem duas máximas na tradução: “uma exige que o autor de uma nação desconhecida seja trazido até nós, de tal maneira que possamos considerá-lo nosso; a outra, ao

⁵ Quando o biólogo ou linguista procura se comunicar com certos animais ensinando-lhes a linguagem humana ou sobretudo decifrando sua “própria” linguagem, está na verdade projetando nessa linguagem “dos animais” os mecanismos que conhece da nossa. O inverso também é verdadeiro: o animal só aprenderá nossa linguagem se ela lhe for oferecida acompanhada de ações compatíveis com seus hábitos de vida. Ao discutir o processo de aprendizagem, Wittgenstein coteja o comportamento humano com o dos animais, sublinhando o fato de que diferentes animais reagem de forma diversa a um mesmo gesto usado no treinamento: podemos ensinar um cão a trazer algo, inclusive com comandos verbais; mas isso não funciona com um gato (cf. WITTGENSTEIN, 1970, p. 131). Cf. também seu comentário sobre a cultura: “(Se as pulgas desenvolvessem um rito, ele estaria relacionado com o cão.) {Surgiram juntos}” (WITTGENSTEIN, 2011, p. 53).

⁶ O que permite o alargamento do quadro de referência é algum tipo de experiência ou valor compartilhado por baixo das diferenças aparentes. Como assinala Paul Ricœur (2011, p. 66): “De fato, o parentesco cultural dissimula a verdadeira natureza da equivalência, que é mais propriamente produzida pela tradução do que presumida por ela”.

contrário, requer de nós, que nos voltemos ao estrangeiro e nos sujeitemos às suas condições, sua maneira de falar, suas particularidades” (GOETHE, 2010, p. 31). Schleiermacher explora as diversas variantes dessas máximas, conforme o tipo de contexto em que se dá o processo translatório. Uma primeira distinção seria aquela entre *traduzir* [übersetzen] e *interpretar* [dolmetschen], pertencendo essa segunda variante ao domínio das relações comerciais, de modo oral, com contato imediato entre as partes envolvidas e usando o intérprete como canal de mediação. Na *interpretação*, os atores já teriam pleno domínio dos conteúdos negociados, reduzindo-se a tarefa do intérprete a encontrar rótulos adequados para expressar numa língua o que foi dito na outra, pressupondo-se práticas largamente intercambiáveis por detrás desses rótulos. Em termos wittgensteinianos não haveria, portanto, incompatibilidades de fundamentos ou formas de vida. Havendo alguma discrepância, tais diferenças poderiam ser negociadas *ad hoc* e posteriormente incorporadas ao repertório (linguístico, cultural, legal) das partes envolvidas. O papel da escrita seria aqui de mero registro do que foi acordado oralmente. Tendo em vista tais características, a *interpretação* é considerada atividade menor por Schleiermacher, podendo ser exercida por qualquer pessoa com domínio razoável do assunto e das línguas envolvidas. Diferente seria o caso das traduções propriamente ditas, que lidam não com textos da prática cotidiana⁷, mas sim com grandes obras da ciência e arte que, por serem significativas, demandariam conhecimento profundo do assunto e das línguas envolvidas. Por oposição à prática cotidiana, tais textos teriam como qualidade intrínseca a introdução de *inovações*, sendo o objetivo da tradução expandir a cultura receptora, enriquecendo-a com as inovações vindas do estrangeiro⁸. Daí o privilégio dado pelo autor ao segundo caminho assinalado por Goethe: ir ao encontro do estrangeiro, entendê-lo como tal, para sair enriquecido desse encontro.

Levando-se em conta a concepção de linguagem de Schleiermacher, com seu postulado básico da completa inseparabilidade entre língua e cultura, até que ponto seria possível ir ao encontro do estrangeiro e entendê-lo como tal? Em outras palavras: até que ponto é possível superar as barreiras epistemológicas da diferença dos fundamentos, dos quadros de referência? Aqui incide a crítica de Lefevere:

Uma visão da linguagem como a de Schleiermacher, que não mais vê os significantes como veículos essencialmente neutros para transmitir significados, mas sim como inextricavelmente ligados

⁷ Nesse caso, ter-se-ia, na verdade, uma atividade de interpretação, embora em registro escrito.

⁸ Retomo essa distinção mais adiante, para uma discussão mais detalhada (Seção III).

a linguagens diferentes, terá que levantar o problema da própria possibilidade da tradução. Se, como afirma Schleiermacher, “todo homem está no poder da língua que fala e todo o seu pensamento é um produto dela” (LEFEVERE, 1977, p. 71)⁹, a tradução parece ser uma tarefa impossível. Ou melhor, o que parece ser impossível é *translatio* [tradução como igualdade] e toda a tradução terá de ser de transposição, *transductio* [tradução como adaptação]. Em sua persona de tradutor, Schleiermacher se esquivava das consequências desse *insight*, que torna a segunda parte de sua famosa máxima “levar o autor em direção ao leitor” a única viável. Mas, se era para a tradução continuar possível após 1800, ela teria de ser *transductio* (LEFEVERE, 1990, p. 19).

Embora pertinente, a crítica de Lefevere passa ao largo da diferença fundamental entre a superação do quadro de referência em que nos encontramos e as diferentes estratégias face ao leitor *dentro* do quadro de referência de chegada. Ora, se “após 1800” a tradução só seria possível enquanto *transductio*, Schleiermacher não poderia, na prática, ter feito algo como *translatio*. O que Lefevere caracteriza, na prática do tradutor Schleiermacher, com *translatio*, é um movimento *dentro* de um quadro de referência¹⁰ e não uma passagem para *fora* dele. O motivo pelo qual Lefevere não percebe tal diferença é o mesmo que leva Schleiermacher à contradição denunciada por Lefevere. E é também o mesmo que está na base da teoria do *tradutor invisível*: trata-se de querer descrever o processo, necessariamente mediado, excluindo-se ao final da análise o tradutor enquanto *agente* da mediação. Não se pode compreender adequadamente o processo abstraindo-se dessa mediação. Em termos kantianos: o tradutor é *condição de possibilidade* da tradução. A divisão proposta por Schleiermacher, no entanto, é radical, não admitindo meios termos:

Ou bem o tradutor deixa o escritor o mais tranquilo possível e faz com que o leitor vá a seu encontro, ou bem deixa o mais possível tranquilo o leitor e faz com que o escritor vá a seu encontro. Am-

⁹ Cf. Schleiermacher (2010, p. 49). O texto continua: “Ele [todo homem] não pode pensar com total determinação nada que esteja fora dos limites da sua língua. A configuração dos seus conceitos, o tipo e os limites das suas articulações são previamente traçados para ele pela língua em que nasceu e foi educado; o entendimento e a fantasia estão ligados por ela. Por outro lado, porém, cada [todo] homem de livre pensar e espiritualmente espontâneo molda também a língua. [...] Nesse sentido, portanto, é a força viva do indivíduo que produz novas formas na matéria maleável da língua [...].”

¹⁰ Procura-se “levar o leitor em direção ao autor” na medida em que são introduzidas inovações no sistema de chegada, i.e. no quadro de referência do leitor, para que esse compreenda o universo do autor. É também uma adaptação, porém diferente daquela que molda o texto de partida conforme os recursos já existentes no sistema de chegada. Num caso, o que se adapta é o sistema de chegada; no outro, é o texto de partida.

bos os caminhos são tão completamente diferentes que um deles tem de ser seguido com o maior rigor, pois, qualquer mistura produz necessariamente um resultado muito insatisfatório, e é de temer-se que o encontro do escritor e do leitor falhe inteiramente (SCHLEIERMACHER, 2010, p. 57).

[...] fora destes dois métodos, não pode haver outro que se proponha um fim determinado. Acontece que não há mais procedimentos possíveis. As duas partes separadas ou bem tem que ir encontrar-se em um ponto médio, e este será sempre o do tradutor, ou bem uma tem que se adaptar inteiramente à outra e, então, cai no domínio da tradução um único gênero e do outro apenas apareceria se, em nosso caso, os leitores alemães chegassem a dominar de todo a língua latina ou, mais precisamente, se esta chegasse a se apoderar deles por completo até os transformar (SCHLEIERMACHER, 2010, p. 57-59).

Schleiermacher aplica com absoluta coerência sua concepção de linguagem, da inseparabilidade entre língua e cultura, à situação de autor e leitor, presos em seus respectivos contextos (linguagem, cultura), cabendo ao tradutor fazer a ponte entre os dois lados. Nesse ponto ocorre o salto epistêmico. Para o tradutor, abre-se a possibilidade de superar a barreira intransponível para autor e leitor. Desde que suficientemente informado, o tradutor seria capaz de entender que “assim apenas um grego poderia pensar e falar, que assim apenas esta língua poderia interferir no espírito humano, e se sinta também que assim apenas este homem poderia pensar e falar em grego” (SCHLEIERMACHER, 2010, p. 51). Destarte, o tradutor teria acesso a um “conhecimento rigoroso da vida histórica completa do povo, e por meio da reatualização vivíssima de cada obra e seu autor”, poderia “abrir ao seu povo e contemporâneos a mesma compreensão das obras-primas da arte e da ciência” (SCHLEIERMACHER, 2010, p. 53).

Tem-se aqui uma bela síntese da figura do tradutor que habita também a imagem contemporânea de sua invisibilidade. Super-homem, capaz de transitar entre diferentes quadros de referência, adquirindo “conhecimento rigoroso da vida histórica completa do povo” e de “cada obra e seu autor”, pressupondo-se conhecer também, de modo igualmente rigoroso, o universo cultural de seu público leitor (SCHLEIERMACHER, 2010, p. 51-53), o tradutor teria, no entanto, para fazer bem seu trabalho, de ausentar-se do resultado final. Pois encontrarem-se autor e leitor “em um ponto médio”, que será necessariamente “o do tradutor” (SCHLEIERMACHER, 2010, p. 57-59) é possibilidade descartada como inadequada por Schleiermacher, por ter resultado “muito insatisfatório” (SCHLEIERMACHER, 2010, p. 57). Trata-se,

porém, da única possibilidade real, se quisermos manter a coerência com a natureza mesma do processo de compreensão e tradução, nos termos da concepção de linguagem do Wittgenstein tardio, que reconhece o caráter *atribuído* dos sentidos¹¹, assim como daquela do próprio Schleiermacher (SCHLEIERMACHER, 2010, p. 53), quando assinala que o tradutor oferecerá a seu público a *mesma* “compreensão das obras-primas da arte e da ciência”.

Ora, tudo aquilo que o tradutor pode vir a saber sobre o autor e a cultura do original, já se insere em seu próprio quadro de referência. A história é feita do ponto de vista do historiador; a interpretação, do ponto de vista do interpretante. Querer que isso seja diferente, seria supor a possibilidade de sairmos fora da linguagem – hipótese incompatível com os próprios fundamentos da hermenêutica inaugurada por Schleiermacher e descartada por Wittgenstein já no *Tractatus*. Por mais que saibamos dos gregos antigos, não podemos nos colocar em sua posição. Todo conhecimento que temos deles é articulado com *ossos* objetos de comparação, os parâmetros são aqueles que habitam *nossa* linguagem, *nosso* discurso sobre essa outra cultura. A imagem do tradutor ou indivíduo bilíngue que salta de uma língua/cultura para outra é válida só até certo ponto. O falante que transita entre várias línguas não faz uso delas do mesmo modo que um monoglota (o que, por si só, já é uma ficção: toda língua são várias). Algo de seu domínio do idioma estrangeiro se fará presente em sua performance na língua nativa e não só o contrário. Assim como todos nós transitamos entre diferentes variantes de uma mesma língua e os lugares por onde transitamos se fazem notar em nossa fala: no sotaque, nos registros que mobilizamos etc.

III. DESFAZENDO HIERARQUIAS

Se aceitarmos as premissas acima, poderemos até inverter a hierarquia proposta por Schleiermacher: na fundamentação do sentido, não é a interpretação uma variante (menor) da tradução, mas sim a tradução uma variante da interpretação. A expansão da linguagem atribuída por Schleiermacher às inovações trazidas pela tradução de textos elevados da ciência e

¹¹ “Filósofos falam frequentemente de analisar os significados das palavras. Mas não nos esqueçamos de que uma palavra não tem significado algum que lhe tenha sido conferido por um poder independente de nós, de modo que fosse possível empreender algum tipo de investigação científica para descobrir o que uma palavra *realmente* significa. Uma palavra tem o significado que alguém lhe atribuiu” (WITTGENSTEIN, 1958, p. 47). Cf. também: “Apenas compreendendo é que sabemos que temos de fazer ISTO. A ordem – na verdade, são apenas sons, traços de tinta” (WITTGENSTEIN, 1989, p. 129, § 431). Na sequência: “Todo signo *sozinho* parece morto. *O que* lhe dá vida? – No uso, ele *vive*. Tem então a viva respiração em si? – Ou o *uso* é sua respiração?” (WITTGENSTEIN, 1989, p. 129, § 432).

arte não difere em *natureza*, mas apenas em *grau* ou *ponto de aplicação* das soluções *ad hoc* incorporadas ao repertório das partes envolvidas, sobretudo daquelas em que “novas relações jurídicas são determinadas”:

[...] em regra, toda negociação em que se interpreta é a estipulação de um caso particular conforme relações jurídicas determinadas; a tradução é feita apenas para os participantes, os quais conhecem bem essas relações, e cuja expressão das mesmas está determinada em ambas as línguas, ou por leis, ou por esclarecimentos recíprocos. Porém, é diferente com negociações em que, muito embora sejam semelhantes a estas na forma, novas relações jurídicas são determinadas. Quanto menos essas possam ser, por sua vez, consideradas como particulares de um universal suficientemente conhecido, tanto mais conhecimento científico e circunspecção requer a sua redação, e tanto mais necessita o tradutor para seu trabalho de conhecimento científico do assunto e da língua. Deste modo, por esta dupla escala eleva-se o tradutor cada vez mais sobre o intérprete, até o seu domínio mais próprio, a saber, o das produções da arte e da ciência, nos quais, por um lado, a capacidade combinatória livre do autor e, por outro, o espírito da língua com seu sistema de intuições e matizações das disposições mentais, são tudo; o objeto não domina de modo algum, mas é dominado pelo pensamento e pela mente, com frequência apenas surge pelo discurso e apenas existe com ele (SCHLEIERMACHER, 2010, p. 43-45).

Ressalte-se que, diferentemente do filósofo alemão, Wittgenstein já não opera com a ideia de *universais* – notadamente em sua obra tardia. Traduzindo para essa perspectiva os termos mobilizados no trecho acima, pode-se dizer que, quando Schleiermacher fala de participantes que “conhecem bem” as “relações jurídicas determinadas”, mobiliza aquilo que caracterizei na primeira seção deste trabalho, usando o vocabulário wittgensteiniano, como pressuposições de base (*normativas*) ou, alternativamente, um conjunto de proposições *descritivas* baseadas nas primeiras (um *código* jurídico, por exemplo, mas também normas tácitas da conduta comercial e/ou cotidiana). O que se tem, portanto, são quadros de referência compatíveis ou, no mínimo, comparáveis, por compartilharem uma base comum, diferindo apenas os termos utilizados ou regulamentações (descritivas) distintas assentadas em critérios de diferenciação semelhantes.¹² No momento em que ocorrem “esclarecimentos recíprocos”, isso também se dá com recurso a pressupostos compartilhados, ou compartilháveis – tendo o que é novo para

¹² Recorrendo à observação de Paul Ricœur (2011, p. 66) já assinalada na nota 8: há um parentesco estrutural.

um dos interlocutores de ser expresso em termos que lhe sejam acessíveis. Em algum ponto, haverá necessariamente um algo compartilhado, inclusive quando de “novas relações” cujo funcionamento deverá ser compreensível para ambas as partes – salvo no caso, não raro no mundo real, de *imposição* ou de outras formas de *persuasão*.¹³

Note-se ainda que, para Schleiermacher, o tradutor terá de adquirir o necessário conhecimento do assunto e/ou língua em questão quando o “universal” não for “suficientemente conhecido”. Ou seja: terá de ampliar seu quadro de referência. Voltamos aqui à questão já levantada anteriormente: poderá o tradutor ampliar seu quadro de referência *saindo* de sua língua/cultura e observar o texto do ponto de vista exclusivamente da língua/cultura do outro? Tomando como parâmetro a crítica elaborada por Lefevere (1990, p. 19), a resposta será necessariamente negativa. Concedamos que o tradutor poderá e deverá compreender o texto *nos termos* dessa outra língua/cultura, sem necessariamente ter de formulá-lo em sua língua materna – como já assinalava Gadamer, na continuidade da tradição hermenêutica do próprio Schleiermacher:

Entende-se uma língua quando se vive nela – uma frase que vale, como se sabe, não só para línguas vivas, mas até para línguas mortas. O problema hermenêutico não é, portanto, um problema de domínio correto da língua, mas do entendimento certo sobre o assunto que se dá por meio da linguagem. Toda língua pode ser aprendida ao ponto de se conquistar seu pleno uso, de forma que não se traduza mais da sua língua ou na sua língua, mas que se pense diretamente na língua estrangeira. Tal domínio é quase pré-condição para o entendimento no diálogo. Evidentemente, todo diálogo pressupõe que os interlocutores falem a mesma língua [...]. A necessidade de tradução por um tradutor-intérprete é um caso extremo que duplica o processo hermenêutico, o diálogo; é o diálogo do intérprete com a outra parte e o nosso com o intérprete (GADAMER 2010, p. 239).

As observações de Gadamer resolvem um ponto problemático no raciocínio de Schleiermacher (2010, p. 45), a saber, o alegado esmaecimento do “objeto” diante da dominância do “discurso”, na tradução de textos da ciência e cultura. Temos aqui novamente uma contradição entre o projeto político-cultural tradutório de Schleiermacher (valorização da tradução face

¹³ Onde cessa o poder dos argumentos, entra em jogo a *persuasão*. Wittgenstein lembra que é isso o que ocorre quando os missionários procuram converter outros povos à sua fé (WITTGENSTEIN, 1969, p. 81, § 612; cf. também p. 34, § 262, p. 88, § 669).

à interpretação) e sua própria concepção de linguagem que, levada às últimas consequências, não permitiria uma apreensão de objetos que tenham dominância face ao discurso (ou à linguagem), i.e. que possam ser concebidos *fora* de seu escopo. Tem razão Gadamer (2010, p. 239) quando situa o problema hermenêutico não na(s) língua(s) ou linguagens [*Sprachen*] em si, mas no “entendimento certo do *assunto* que se dá *por meio da linguagem*” [ênfases minhas].

Registre-se também que, para poder viver na língua do texto a ser interpretado, nos termos de Gadamer¹⁴, o tradutor terá necessariamente passado por um processo de *aprendizagem* dessa língua, negociando os sentidos nesse outro universo, com apoio de indivíduos bilíngues ou em situações de imersão, por imitação. Em outras palavras: terá sido exposto à aceitação tácita da autoridade alheia e tido a oportunidade de vivenciar os princípios subjacentes àquilo que está aprendendo, nos termos formulados por Wittgenstein em *Da certeza* (WITTGENSTEIN, 1969. Ao longo desse processo, terá ocorrido de modo reiterado aquilo que Schleiermacher (2010, p. 43) caracteriza como “esclarecimentos recíprocos” no âmbito da interpretação (tradução oral). É esse o primeiro apagamento da figura do *mediador* no texto de Schleiermacher: a interpretação em relações comerciais, onde há contato dos interlocutores com mediação direta do intérprete, é considerada algo menor. Na tradução, considerada mais nobre, os mediadores se diluem, sendo assimilados ao conhecimento que o tradutor adquiriu, às fontes que consulta etc. O segundo passo foi apagar o próprio tradutor, ao afirmar que o ponto onde ele se encontra não poderia produzir resultados satisfatórios (SCHLEIERMACHER, 2010, p. 57).

Poderíamos aqui nos perguntar se não faltaria em meu argumento uma certa *caridade hermenêutica* face a Schleiermacher, i.e. um esforço de entendê-lo em seus próprios termos, avaliando suas intenções, seu contexto etc. A questão é complexa. Certamente devemos tentar entender o filósofo *dentro* de seu próprio quadro de referência, com todas as pressuposições de base e valorações que ele comporta. Por outro lado, o entendimento que temos desse quadro de referência se faz a partir do *nosso*, com os meios e recursos que temos hoje e sob forte influência das discussões contemporâneas. Registre-se também que apontar as contradições dos pensadores aqui discutidos não significa descartar sua importância nem tampouco o papel fundamental que exerceram ou podem vir a exercer em nossa própria reflexão.

¹⁴ Segundo Gadamer, compreender [*verstehen*], interpretar [*deuten/interpretieren*] e traduzir [*übersetzen*] – de modo oral ou escrito – constituem não processos distintos, mas sim diferentes etapas de um mesmo processo: “...toda tradução já é interpretação [...], ela é sempre a consumação da interpretação que o tradutor fez da palavra previamente dada” (GADAMER, 2010, p. 237). “[...] traduzir um texto e interpretar um texto são, no fundo, as mesmas atividades” (GADAMER, 2010, p. 243).

Pelo contrário: queremos discutir suas obras para que *nós mesmos* possamos pensar de modo mais claro. Para isso, um ponto fundamental parece-me ser a percepção de que todo discurso comporta várias camadas, regidas por lógicas não necessariamente iguais – que *não podem* ser iguais, em muitos casos.

Na fala de Schleiermacher, a diversidade de camadas é muito evidente, p. ex. quando se mobilizam aspectos epistêmicos na abordagem de técnicas específicas e políticas/tradições tradutórias nacionais, dentre outros. Não é impensável que, no quadro de referência de Schleiermacher, aquilo que hoje vemos como contradição, ou não pertinente, fosse concebido como raciocínio perfeitamente válido. A alegada contradição ou não pertinência poderia decorrer apenas de mudanças nas práticas culturais, hoje diversas daquelas que o filósofo conheceu; ou de novos pontos de vista sobre essas práticas, com base em recursos não disponíveis à época. Por outro lado, há de se tomar o cuidado de não deixar que nossa caridade hermenêutica ou o reconhecimento de aspectos importantes do texto nos impeçam de perceber eventuais incoerências – sobretudo quando o que estiver em jogo for a discussão epistemológica, i.e. nossa compreensão dos fundamentos do sentido. Uma breve digressão talvez nos ajude a entender melhor essa questão.

Em sua coluna na *Folha de São Paulo*, Hélio Schwarzmann (2012) discute questões comportamentais recorrendo à distinção entre “um padrão ético baseado em normas absolutas (deontológicas)” e outro “no qual as ações são consideradas boas ou más em virtude dos resultados que produzem (consequencialista)”. O articulista lembra que, “embora essas duas matizes sejam mutuamente excludentes”, há boas razões para pularmos de uma para outra, a depender do contexto, e que isso ocorre com frequência. O caso em foco é a aplicação de uma ética deontológica na avaliação comportamental (dos ricos, em seu exemplo), contrastada ao reconhecimento de que “posições mais consequencialistas e menos moralistas típicas” estariam “na raiz de políticas progressistas, como a afirmação dos direitos de minorias e a descriminação de comportamentos privados”. A aplicação radical dos dois tipos de ética pode, no limite, levar a paradoxos inaceitáveis. Um exemplo clássico de impasse deontológico mobilizado na coluna é o do imperativo (kantiano) “não minta” que, no caso de um cidadão comum que deu guarida a um fugitivo em regime de exceção, teria de entregá-lo a seus algozes – para prejuízo de ambos. Por outro lado, “um consequencialismo sem freios nos autorizaria a tomar como refém a mãe do traficante foragido para forçá-lo a entregar-se à polícia”.

Podemos mobilizar esse tipo de distinção na leitura do texto de Schleiermacher, visando abordá-lo com a devida caridade hermenêutica, porém sem perder o senso crítico necessário para uma *compreensão clara* – algo fundamental em qualquer discussão epistemológica. Alinhando-me

com Schwarzmann, sugiro que, do ponto de vista da valoração, das políticas gerais, a postura consequencialista é não apenas válida, como talvez o melhor padrão para impedir a cristalização dogmática. Mas ela não pode ser generalizada a ponto de aplicar-se também à fundamentação do sentido – embora dê conta de aspectos importantes de nossas práticas discursivas.

Tomemos como exemplo o termo “presidenta”, usado atualmente com base no desejo de chegarmos a um tratamento igualitário dos diferentes gêneros, sublinhando o fato inédito da ocupação da presidência da república por uma mulher. Trata-se, claramente, de um uso consequencialista, pois é notório que “presidente” é termo genérico que não comporta distinção masculino/feminino. Aliás, é esse o argumento, deontológico, baseado na perspectiva gramatical normativa, dos detratores do termo. Mas o mesmo termo genérico também pode ser utilizado numa perspectiva consequencialista, como forma de resistência à apropriação oportunista de “presidenta” e/ou a um discurso “politicamente correto” que mascara políticas reais pouco convincentes, do ponto de vista daquilo que tal discurso deveria expressar (emancipação, tratamento igualitário etc.)¹⁵.

No caso de Schleiermacher, pode-se pensar que a valoração da tradução escrita face à interpretação oral corresponda a uma convicção deontológica tributária das práticas reais de sua época, em que a tradução dos clássicos greco-latinos introduziam, de fato, grandes inovações na língua culta alemã, ao passo que os intercâmbios comerciais via interpretação oral acrescentavam menos – hipótese plausível se aceitarmos a descrição que o autor faz das duas modalidades. O mesmo se aplica à visão de língua/cultura como condicionante inalienável do pensamento, partilhada com seus contemporâneos como Wilhelm von Humboldt. Mas o que fazer quando dois princípios tidos por absolutos entram em choque? Como conciliar a existência de inovações introduzidas via tradução e o aprisionamento do indivíduo em seu quadro de referência, definido por sua língua/cultura? Lembrando: é aqui que incide a já citada crítica de Lefevere (1990, p. 19) ao filósofo alemão.

Schleiermacher (2010) tentou equacionar a questão suspendendo estrategicamente os limites dos quadros de referência, ao fazer o tradutor transitar entre eles (alargando, na verdade, o escopo de sua própria língua/cultura), para depois apagá-lo ao final do processo – quando caracteriza o ponto onde ele está como inadequado para o encontro entre autor e leitor (SCHLEIERMACHER, 2010, p. 57). Depende desse apagamento do tradutor a

¹⁵ Um bom exemplo é a crítica de Margareth Arilha (2012) às políticas para mulheres do governo federal. Poder-se-ia esperar da autora o uso do termo com marcação de gênero, dada sua afinidade com a perspectiva feminista. Que isso não ocorra deve ser lido, no meu entendimento, como estratégia deliberada de marcar um distanciamento crítico face a atores políticos de quem se deveria esperar *mais*.

impressão de que o leitor pudesse ser levado “ao autor”, quando na verdade vai apenas até onde pôde ir a compreensão do próprio *tradutor*, em seu quadro de referência alargado; ou melhor: até onde permitem os objetos de comparação por ele sugeridos. No contexto da palestra, proferida para um seletor público de sete pessoas na Academia Real de Berlin em 1813, prevaleceu o projeto de valorização da tradução escrita dos grandes textos clássicos, como parte de uma política de formação/enriquecimento da cultura nacional. Aqui, temos um movimento claramente consequencialista: é importante valorizar a tradução escrita “levando o leitor ao autor” *porque* ela assim enriquece a cultura de chegada. É nesse sentido que o projeto político sobrepõe-se ao *insight* epistêmico de que não é possível superarmos nosso próprio quadro de referência (dada a inseparabilidade entre pensamento e língua/cultura), como discutido acima.

Mas até que ponto uma tal visão teria hoje sustentação, no confronto com algumas das mais recentes tendências na linguística contemporânea, notadamente no Brasil? Refiro-me aqui à constatação de que a linguagem popular é mais dinâmica que a culta em muitos aspectos, sobretudo sintáticos. Segundo Ataliba Castilho, por não ter “as peias da escola”, é o português popular que “aponta para o futuro, para o que virá a ser a língua portuguesa”:

A língua popular é mais livre, mais criativa, e acaba por ter uma gramática mais sofisticada, como no caso da concordância verbal mencionada. Isso ocorre mais na questão da organização gramatical da sentença e na construção das palavras. A gramática da língua culta reflete o passado. A gramática da língua popular aponta para o futuro da língua, e toma soluções novas com mais frequência. Mas é claro que na exposição das ideias, na argumentação, a língua culta leva vantagem. A falta de cultura letrada parece dificultar a elaboração do argumento, frequentemente abandonado no meio do caminho (CASTILHO, 2006, p. 4-5).

Agregue-se à maior dinâmica da língua popular o fato de que muitos dos gêneros textuais da cultura contemporânea, com seus intensos fluxos globais, sobretudo nas variantes *pop*, são veiculados antes de forma oral ou audiovisual, e chegaremos facilmente à conclusão de que a visão de Schleiermacher não mais se sustenta com força deontológica. Certamente a perspectiva da linguística tampouco é consensual, persistindo ainda uma forte tendência a considerar a língua popular como um “desvio” face a um único padrão de correção possível – o da língua culta. No caso da recente polêmica sobre a tematização de variantes linguísticas em material didático patrocinado pelo MEC, o debate foi marcado pela disputa entre padrões que podem ser caracterizados por deontológicos vs. consequencialistas. Por um

lado, tem-se uma opinião pública, ou mediática, que toma a norma culta como padrão único de correção; por outro, especialistas que defendem a aceitação/tematização das variantes populares no registro oral, ao mesmo tempo em que preconizam a necessidade de ensinar ao aluno a norma culta, para com ela ter acesso a oportunidades de inserção social.¹⁶

A despeito dos *insights* da linguística contemporânea sobre o estatuto e a dinâmica dos diferentes registros, a tradução “estrangeirizante” preconizada por Schleiermacher, porque amplia os recursos da língua de chegada e valoriza o padrão culto, pode até ser defendida, se vista em termos consequencialistas – quiçá como estratégia regional, mas não como política geral e exclusiva. Resta saber se caberia manter também uma perspectiva consequencialista no âmbito da discussão epistêmica. Numa visada wittgensteiniana, que tem a *clareza* como objetivo último (cf. KROSS, 1993), isso seria no mínimo questionável, por ir contra a própria natureza da epistemologia, que visa fundamentar o conhecimento, e não prever suas consequências. Destarte, entendo que, neste âmbito, a clareza deve ser tomada como princípio deontológico, motivo pelo qual não caberia subordinar a concepção de linguagem, i.e. o *insight* fundamental da inseparabilidade entre língua e cultura, a objetivos político-culturais, como fez Schleiermacher, por mais nobres que possam ser as consequências.¹⁷ Minha proposta de entender o movimento rumo ao autor ou ao leitor como ocorrendo *dentro* do quadro de referência do tradutor procura preservar a concepção de linguagem de Schleiermacher (amplamente compatível com a de Wittgenstein), sem obliterar a distinção entre os dois caminhos, mas apenas redefinindo seu estatuto. Espero que os argumentos arrolados ajudem a ver essa questão com maior clareza.

REFERÊNCIAS

ARILHA, Margareth. Aborto: avanços na América Latina e retrocessos no Brasil? *Le Monde Diplomatique Brasil*, n. 55, p. 10-11, fev. 2012.

¹⁶ Cf. <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16649#topo>. Destaque-se o texto de Sírio Possenti, cujos exemplos vão na mesma direção apontada por Ataliba Castilho. Acesso em: 27/3/2012.

¹⁷ Cabe aqui um breve qualificador, com profundas implicações: a clareza buscada por Wittgenstein passa pela *descrição do uso*, ou seja, ela tem um elemento *a posteriori*. Mesmo assim, não deixa de ser um valor em si, cuja implicação – filosófica, imediata – não pode ser outra senão um melhor entendimento, independentemente das consequências empíricas daí advindas. É esse um traço distintivo de uma pragmática filosófica de inspiração wittgensteiniana face ao pragmatismo norte-americano. Arley Moreno sintetiza essa distinção num breve aforismo: “é útil porque verdadeiro [Wittgenstein], e não verdadeiro porque útil [pragmatismo]” (comunicação oral).

BASSNET, Susan; LEFEVERE, André. Introduction: Proust's grandmother and the thousand and one nights. The "cultural turn" in translation studies. In _____. *Translation, history & culture*. Londres & Nova York: Pinter Publishers, 1990. p. 1-13.

CASTILHO, Ataliba Teixeira. A gramática na ponta da língua (e na linguística de ponta). *Jornal da Unicamp*, n. 328, 26/6-2/7/2006, p. 4-5. Disponível em: <http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/junho2006/ju328pag4-5.html> Acesso em: 25/3/2012.

GADAMER, Hans-Georg. Aus: Wahrheit und Methode. In: HEIDERMAN, W. (Org.). *Clássicos da teoria da tradução* Tradução: Fabrício Coelho. Florianópolis: UFSC, 2010. p. 234-249. (Publicação do original: 1960)

GOETHE, Johann Wolfgang von. Drei Stücke vom Übersetzen. In: HEIDERMAN, W. (Org.). *Clássicos da teoria da tradução*. Tradução: Rosvitha Friesen Blume. Florianópolis: UFSC, 2010. p. 251-289. (II: excerto de *Zu brüderlichem Andenken Wielands*, discurso fúnebre proferido aos 18/2/1813)

KROSS, Mathias. *Klarheit als Selbstzweck. Wittgenstein über Philosophie, Religion, Ethik und Gewißheit*. Berlin: Akademie Verlag, 1993.

LEFEVERE, André. Translation: Its genealogy in the West. In: BASSNET, S.; Lefevere, A. (Eds.). *Translation, history & culture*. New York: Routledge, 1990. p. 14-28.

LEFEVERE, André. *Translation, rewriting, and the manipulation of literary fame*. London & New York: Routledge, 1992.

NERUDA, Pablo. *Ode ao gato*. Tradução: Eliane Zagury. Disponível em: <<http://www.tanto.com.br/neruda-ode.htm>> Acesso em: 2/3/2012.

OLIVEIRA, Paulo. Übersetzung, Aspekt und Variation. In: RAHMHARTER, E.; KROSS, M. (Hrsg.). *Wittgenstein übersetzen*. Berlin: Parerga, 2012. v. 9, p. 123-172. (Coleção *Wittgensteiniana*).

OLIVEIRA, Paulo. Quadro de referência e tradução. Schleiermacher e a hermenêutica à luz do Wittgenstein tardio. In Arley Moreno (Org.): *Wittgenstein e a epistemologia*. Campinas: Unicamp. (Cadernos CLE, s. d. Volume temático, no prelo)

RICÉUR, Paul. *Sobre a tradução*. Tradução: Patrícia Lavelle. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. (Publicação do original: 2004).

SCHLEIERMACHER, Friedrich Daniel Ernst. Ueber die verschiedenen Methoden des Uebersetzens. In: Heidermann, W. (Org.). *Clássicos da teoria da tradução*. Tradução: Celso R. Braidá. Florianópolis: UFSC, 2010. p. 38-101. (Palestra: 24/6/1813, Academia de Ciências de Berlin; publicação do original: 1838)

SCHWARZMANN, Hélio. Dinheiro e ética. *Folha de São Paulo*, 04/3/2012, A4.

VENUTI, Lawrence. *The Translator's Invisibility. A History of Translation*. London & New York: Routledge, 1995.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *The Blue and Brown Books*. Oxford: Blackwell, 1958. (Versão eletrônica: Coleção *Past Masters*; clean text: H. Kaal & A. McKinnon, 1989)

_____. *Über Gewißheit / On Certainty*. Oxford: Blackwell, 1975. (Eds: G. E. M. Anscombe & G. H. von Wright. 1ª edição: 1969. Referências no texto: *Da certeza*)

_____. Eine philosophische Betrachtung. *Schriften* 5, p. 117-237. Frankfurt: Suhrkamp, 1970 (Ed.: Rush Rhees)

_____. *Letzte Schriften*. Oxford: Blackwell, 1982. (Eds.: G. H. von Wright & Heikki Nyman. Referências no texto: Últimos escritos)

_____. *Philosophische Untersuchungen*. Frankfurt: Suhrkamp, 1989. (Werkausgabe Bd. 1. Citações com base na tradução de José Carlos Bruni: *Investigações filosóficas*. São Paulo: Nova Cultural, 1999)

_____. Bemerkungen über Frazers The Golden Bough. *Philosophical occasions 1912-1951*, p. 118-155. Indianapolis: Hackett, 1993. (Eds.: J. C. Klagge & A. Nordmann. Primeira publicação: 1967 Citado com base na edição portuguesa: Observações sobre “O ramo dourado” de Frazer. Tradução: João José de Almeida. Porto: Deriva Editores, 2011 [Edição crítica e comentada, com marcações da gênese do texto])

Submetido em: 28/04/2012

Aceito em: 24/07/2012